

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	66
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	68
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	69
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	70

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	370.676
Preferenciais	80.036
<b>Total</b>	<b>450.712</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2012	Dividendo	17/08/2012	Ordinária		29,18000
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2012	Dividendo	17/08/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	29,18000
Reunião do Conselho de Administração	09/08/2012	Dividendo	17/08/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	29,18000
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Dividendo	21/12/2012	Ordinária		33,13000
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Dividendo	21/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	33,13000
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2012	Dividendo	21/12/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	33,13000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	538.587	454.991	410.846
1.01	Ativo Circulante	215.186	185.455	178.093
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.823	29.082	29.850
1.01.02	Aplicações Financeiras	72.423	49.439	23.417
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	72.423	49.439	23.417
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	0	48.760	22.988
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	679	429
1.01.03	Contas a Receber	80.760	77.079	96.963
1.01.03.01	Clientes	80.760	77.079	96.963
1.01.04	Estoques	1.132	1.540	1.193
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.338	10.379	13.689
1.01.07	Despesas Antecipadas	469	364	431
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	23.241	17.572	12.550
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	23.241	17.572	12.550
1.01.08.01.01	Títulos de créditos a receber	1.952	1.957	3.057
1.01.08.01.02	Outros créditos	21.289	15.615	9.493
1.02	Ativo Não Circulante	323.401	269.536	232.753
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	276.578	215.395	175.694
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	521	503
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	0	521	503
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.568	4.409	4.409
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.568	4.409	4.409
1.02.01.03	Contas a Receber	8.207	8.207	8.207
1.02.01.03.01	Clientes	8.207	8.207	8.207
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	265.803	202.258	162.575
1.02.01.09.03	Títulos e créditos a receber	832	2.893	3.787
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	8.686	12.171	8.331
1.02.01.09.05	Créditos tributários	20.501	43.814	51.008
1.02.01.09.06	Cauções e depósitos vinculados	1.307	1.127	1.016

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
1.02.01.09.07	Contas a receber da concessão	217.739	136.442	94.006
1.02.01.09.08	Outros	16.738	5.811	4.427
1.02.02	Investimentos	2.039	2.049	2.057
1.02.02.01	Participações Societárias	2.039	2.049	2.057
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	2.039	2.049	2.057
1.02.03	Imobilizado	4.265	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.265	0	0
1.02.04	Intangível	40.519	52.092	55.002
1.02.04.01	Intangíveis	40.519	52.092	55.002

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	538.587	454.991	410.846
2.01	Passivo Circulante	121.646	129.649	138.115
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	29.978	29.508	28.960
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29.978	29.508	28.960
2.01.02	Fornecedores	38.881	32.262	33.842
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.076	36.712	40.639
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	22.978	36.393	40.326
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	22.978	36.393	40.326
2.01.04.02	Debêntures	98	319	313
2.01.05	Outras Obrigações	29.711	31.167	34.674
2.01.05.02	Outros	29.711	31.167	34.674
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	0	9.368
2.01.05.02.04	Encargos de dívidas	2.726	2.588	2.201
2.01.05.02.05	Parcelamento de impostos	1.407	1.315	1.195
2.01.05.02.06	Encargos do consumidor a recolher	3.684	3.659	3.504
2.01.05.02.07	Benefícios a empregados -plano de pensão	372	218	276
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas	2.190	1.798	1.745
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	19.332	21.589	16.385
2.02	Passivo Não Circulante	315.793	257.021	192.443
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	299.044	238.940	173.841
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	252.408	179.249	114.181
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	98.584	95.088	114.181
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	153.824	84.161	0
2.02.01.02	Debêntures	46.636	59.691	59.660
2.02.02	Outras Obrigações	16.749	15.519	18.602
2.02.02.02	Outros	16.749	15.519	18.602
2.02.02.02.03	Fornecedores	723	667	578
2.02.02.02.04	Tributos e contribuições sociais	5.464	990	1.798
2.02.02.02.05	Parcelamento de impostos	1.877	3.069	3.983

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2010</b>
2.02.02.02.06	Provisões para contingências	6.200	5.651	10.627
2.02.02.02.07	Benefícios a empregados-plano de pensão	1.248	1.184	850
2.02.02.02.09	Outras contas a pagar	1.237	3.958	766
2.02.03	Tributos Diferidos	0	2.562	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	2.562	0
2.03	Patrimônio Líquido	101.148	68.321	80.288
2.03.01	Capital Social Realizado	44.171	44.171	44.171
2.03.02	Reservas de Capital	7.921	7.921	7.921
2.03.04	Reservas de Lucros	49.056	16.229	28.196
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.525	10.525	8.833
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	38.531	5.704	19.363

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	435.561	424.681	395.875
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-318.181	-296.558	-272.992
3.03	Resultado Bruto	117.380	128.123	122.883
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-63.002	-55.679	-35.820
3.04.01	Despesas com Vendas	-13.343	-14.637	3.881
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.584	-42.767	-39.161
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5.985	4.292	1.003
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.060	-2.567	-1.543
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	54.378	72.444	87.063
3.06	Resultado Financeiro	46.404	-18.597	-6.372
3.06.01	Receitas Financeiras	71.972	13.222	23.356
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.568	-31.819	-29.728
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.782	53.847	80.691
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.167	-18.363	-27.374
3.08.01	Corrente	-19.167	-19.422	-33.047
3.08.02	Diferido	-15.000	1.059	5.673
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	66.615	35.484	53.317
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	66.615	35.484	53.317
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	147,80000	78,73000	0,12000
3.99.01.02	PNA	147,80000	78,73000	0,12000
3.99.01.03	PNB	147,80000	78,73000	0,12000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	147,80000	78,73000	0,12000
3.99.02.02	PNA	147,80000	78,73000	0,12000
3.99.02.03	PNB	147,80000	78,73000	0,12000



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	66.615	35.484	53.317
4.03	Resultado Abrangente do Período	66.615	35.484	53.317

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	62.967	100.699	61.275
6.01.01	Lucro Antes dos impostos	100.782	53.847	80.691
6.01.02	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	23.458	29.776	24.934
6.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	757	549	-16.096
6.01.05	Depreciação e amortização	15.466	15.405	16.491
6.01.06	Perda alienação de bens do imobilizado e do intangível	1.075	372	1.436
6.01.08	Créditos tributários	0	7.194	10.630
6.01.10	Reversão de Provisão para contingências	225	-5.438	1.015
6.01.11	Marcação a mercado de derivativo	-6.555	1.431	0
6.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	-4.622	-3.242	0
6.01.13	Variações nas contas do ativo circulante e não circulante	-3.144	11.702	-44.864
6.01.14	Variações nas contas do passivo circulante e não circulante	-7.251	-10.897	-12.962
6.01.16	Atualização financeira contas receber concessão-VNR	-57.224	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-44.301	-76.891	-10.790
6.02.03	Aplicações no intangível	-33.001	-55.802	-23.603
6.02.05	Aumento de capital e compra de ações de subsidiárias e outros investos	10	0	-623
6.02.06	Resgate de Aplicações financeiras	90.169	7.695	13.436
6.02.07	Aplicação financeira e recurso vinculados	-107.464	-28.784	0
6.02.08	Alienação de bens do intangível	5.985	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-21.925	-24.576	-87.500
6.03.01	Novos empréstimos e financiamentos obtidos	87.423	92.951	9.432
6.03.02	Pagamento de empréstimo -principal	-49.867	-36.567	-58.538
6.03.03	Pagamento de empréstimo -juros	-20.846	-24.141	0
6.03.04	Pagamento de dividendos	-33.787	-56.819	-38.394
6.03.05	Liquidação de Instrumentos financeiros derivativos	-3.749	0	0
6.03.06	Pagamento de parcelamento de impostos	-1.099	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.259	-768	-37.015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	29.082	29.850	66.865
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.823	29.082	29.850

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	16.229	0	0	68.321
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	16.229	0	0	68.321
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	32.827	-66.615	0	-33.788
5.04.08	Pagamento Dividendos Exercício 2011	0	0	-5.704	0	0	-5.704
5.04.09	Pagamento Dividendos Exercício 2012	0	0	0	-28.084	0	-28.084
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	38.531	-38.531	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	66.615	0	66.615
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	66.615	0	66.615
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	49.056	0	0	101.148

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.967	-35.484	0	-47.451
5.04.08	Pagamento Dividendos exercício 2010	0	0	-19.363	0	0	-19.363
5.04.09	Pagamento Dividendos exercício 2011	0	0	0	-28.088	0	-28.088
5.04.10	Dividendos adicionais propostos	0	0	5.704	-5.704	0	0
5.04.11	Capitalização em reservas	0	0	1.692	-1.692	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.484	0	35.484
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.484	0	35.484
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	16.229	0	0	68.321

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.171	7.921	24.139	-1.629	0	74.602
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	4.057	-51.688	0	-47.631
5.04.08	Pagamento Dividendos Exercício 2009	0	0	-14.264	0	0	-14.264
5.04.09	Pagamento Dividendos Exercício 2010	0	0	0	-33.498	0	-33.498
5.04.10	Transferência Dividendos Adicionais Propostos	0	0	19.363	-19.363	0	0
5.04.11	Dividendos Prescritos de Exercícios Anteriores	0	0	0	131	0	131
5.04.12	Transferência do excedente de reserva legal	0	0	-1.042	1.042	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	53.317	0	53.317
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	53.317	0	53.317
5.07	Saldos Finais	44.171	7.921	28.196	0	0	80.288

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
7.01	Receitas	659.838	658.891	619.265
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	617.835	589.718	569.226
7.01.02	Outras Receitas	5.985	4.292	-540
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	36.775	66.078	34.905
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-757	-1.197	15.674
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-365.389	-343.465	-309.678
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-258.370	-229.641	-224.642
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-57.088	-111.742	-78.813
7.02.04	Outros	-49.931	-2.082	-6.223
7.03	Valor Adicionado Bruto	294.449	315.426	309.587
7.04	Retenções	-15.466	-15.405	-16.491
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.466	-15.405	-16.491
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	278.983	300.021	293.096
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	71.972	13.222	23.356
7.06.02	Receitas Financeiras	71.972	13.222	23.356
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	350.955	313.243	316.452
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	350.955	313.243	316.452
7.08.01	Pessoal	25.427	27.846	20.427
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.623	21.570	13.432
7.08.01.02	Benefícios	5.635	5.146	5.805
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.169	1.130	1.190
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	190.358	175.471	178.300
7.08.02.01	Federais	70.253	53.452	64.155
7.08.02.02	Estaduais	119.868	121.681	113.985
7.08.02.03	Municipais	237	338	160
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	26.471	34.119	30.491
7.08.03.01	Juros	25.568	33.186	29.729
7.08.03.02	Aluguéis	903	933	762
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	66.615	35.484	51.819

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010</b>
7.08.04.02	Dividendos	66.615	33.792	52.861
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	1.692	-1.042
7.08.05	Outros	42.084	40.323	35.415
7.08.05.01	Dividendos prescritos de exercícios anteriores	0	0	-131
7.08.05.02	Ajuste pela adoção dos padrões internacionais	0	0	1.629
7.08.05.04	Obrigações intra-setoriais	42.084	40.323	33.917

## **Relatório da Administração**

### **Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A Relatório da Administração 2012**



## Relatório da Administração

### Relatório da Administração

A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Minas Gerais" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2012, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 5 de março de 2013.

#### 1 - Considerações Gerais

---

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 403 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do estado de Minas Gerais e um no estado do Rio de Janeiro.

O compromisso com a constante busca de melhorias nas atividades operacionais tem permitido à Companhia manter os seus indicadores de desempenho e qualidade dos serviços de distribuição de energia elétrica entre os melhores do país.

Em 2012, a Energisa Minas Gerais obteve a quarta colocação entre todas as 63 distribuidoras de energia elétrica avaliadas na pesquisa de satisfação dos consumidores que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza anualmente. A pontuação da Companhia no Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) foi de 71,99, ou seja, 17% acima da média nacional, que é de 61,51 pontos.

#### 2 - Investimentos

---

Os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 40,0 milhões em 2012, contra R\$ 64,3 milhões no exercício anterior. Com o foco nos projetos que visam o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, destacam-se as seguintes realizações no ano:

- Melhorias nas subestações de Guarani, Guiricema, Muriaé 2, Rio Novo, Sumidouro, Tebas, Tocantins, Ubá 2, Além Paraíba, Astolfo Dutra e Coimbra, através da substituição religadores, disjuntores e transformadores de potencial e de corrente;
- Instalação do disjuntor geral na barra de 22 KV da subestação Cataguases 2;
- Rearranjo da subestação Nova Usina Mauricio para instalação do by-pass no disjuntor 22 kV do transformador 69/22 kV;
- Instalação do sistema de medição de faturamento na subestação Padre Fialho no ponto de conexão com a Rede Básica;
- Ampliação da capacidade da subestação de Mercês através da substituição do transformador de força de 2 MVA 22/11,4 KV por um de 3/3,75 MVA ;
- Instalação de 27 para-raios de 69 KV nas linhas de transmissão Leopoldina - Recreio, Recreio - Pirapetinga, Nova Usina Maurício - São João Nepomuceno, Usina Benjamin Batista - Manhuaçu e ramal Astolfo Dutra;
- Instalação de 27 para-raios de 138 KV nas linhas de transmissão Nova Usina Maurício - Ivan Botelho 3, Ivan Botelho 3 - Ubá 2, Ubá 2 - Visconde do Rio Branco 2, Visconde do Rio Branco 2 - São Miguel do Anta, Além Paraíba - Cataguases 2 e Além Paraíba - Leopoldina;
- Realização de diversas obras de recondução de redes de média tensão;
- Reforma de 130 circuitos de baixa tensão;
- Instalação de chaves motorizadas nas linhas de transmissão Cataguases 2 - Muriaé 1, Usina Benjamin Batista - Manhuaçu, e Ubá 1 - Visconde do Rio Branco 2.;

## Relatório da Administração

O quadro a seguir apresenta a evolução dos ativos operacionais da Energisa Minas Gerais no ano:

Descrição do ativo	Dez / 2012	Dez / 2011	Acréscimo (%) 2012/2011
Subestações - nº	44	44	-
Capacidade instalada nas subestações - MVA	878	878	-
Linhas de transmissão - km	1.069	1.069	-
Redes de distribuição (próprias) - km	25.738	25.469	+ 1,1
Transformadores instalados nas redes de distribuição - nº	56.424	55.537	+ 1,6
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) - MVA	1.013	1.000	+ 1,3

### 3 - Destaques econômico-financeiros

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia em 2012:

Indicadores Econômico-Financeiros	2012	2011	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	654,6	634,9	+ 3,1
Receita Operacional Líquida	435,6	424,7	+ 2,6
Resultado antes das receitas e despesas financeiras (EBIT)	54,4	72,4	- 24,9
EBITDA	69,9	87,8	- 20,4
Resultado Financeiro	46,4	(18,6)	-
Resultado antes dos impostos	100,8	53,8	+ 87,4
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;"> <p><b>EBITDA Ajustado</b> (R\$ milhões)</p> <p>93,7 (2011) → 75,8 (2012) - 19,1 %</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p><b>Lucro Líquido</b> (R\$ milhões)</p> <p>35,5 (2011) → 66,6 (2012) + 87,6 %</p> </div> </div>			
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	538,6	455,0	+ 18,8
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	100,8	83,5	+ 20,7
Patrimônio Líquido	101,1	68,3	+ 48,0
Endividamento Líquido	228,9	200,6	+ 14,1
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	404	394	+ 2,5
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.464	1.434	+ 2,1
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,70	9,44	- 0,74 p.p
<b>Indicadores Relativos</b>			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	17,4	22,1	- 4,7 p.p
Endividamento líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	3,0	2,1	+ 42,9

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## Relatório da Administração

### 3.1 - Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

A Energisa Minas Gerais registrou lucro líquido de R\$ 66,6 milhões em 2012 (ou R\$ 147,80 por ação), o que representa um aumento de 87,6% em relação ao registrado em 2011.

A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 75,8 milhões, contra R\$ 93,7 milhões em 2011. Apresenta-se a seguir a composição da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) (R\$ milhões)	Exercício		
	2012	2011	Variação %
(=) Lucro Líquido	66,6	35,5	+ 87,6
(-) Contribuição social e imposto de renda	(34,2)	(18,4)	+ 85,9
(-) Resultado financeiro	46,4	(18,6)	-
(-) Depreciação e amortização	(15,5)	(15,4)	+ 0,6
(=) Geração de caixa (EBITDA)	69,9	87,9	- 20,5
(+) Receita de acréscimos moratórios	5,9	5,8	+ 1,7
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	75,8	93,7	- 19,1
Margem do EBITDA Ajustado	17,4	22,1	- 4,7 p.p

Com base nos resultados alcançados ao longo de 2012, a Companhia já distribuiu dividendos à conta do exercício no valor de R\$ 28,1 milhões, pagos a partir de: i) 17 de agosto de 2012, correspondentes a R\$ 13,2 milhões (R\$ 29,18 por ação), e ii) 21 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 14,9 milhões (R\$ 33,13 por ação). Além desses dividendos, serão pagos dividendos complementares no total de R\$ 38,5 milhões (R\$ 85,488676404 por ação), em data a ser definida. Os dividendos totais do exercício no valor de R\$ 66,6 milhões representam 100,0% do lucro líquido apurado pela Companhia.

### 3.2 - Despesas operacionais

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Variação em		
	2012	2011	R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	84,3	82,5	+ 1,8
1.1 - Pessoal (inclui fundo de pensão)	29,3	29,9	- 0,6
1.2 - Material	5,2	5,1	+ 0,1
1.3 - Serviços de terceiros	49,8	47,5	+ 2,3
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	235,6	209,1	+ 26,5
3 - Depreciação e amortização	15,5	15,4	+ 0,1
4 - Provisões para contingências e devedores duvidosos	1,0	(4,2)	+ 5,2
5 - Outras despesas / receitas	8,0	4,2	+ 3,8
Subtotal (1+2+3+4+5)	344,4	307,0	+ 37,4
6 - Custo de construção	36,8	45,2	- 8,4
Total	381,2	352,2	+ 29,0

## 4 - Desempenho operacional

O desempenho da Companhia evidencia a posição privilegiada dos indicadores operacionais e de satisfação junto aos consumidores, que se situam entre os melhores do país.

**4.1 - Gestão das perdas de energia:** o ano foi marcado mais uma vez por excelentes resultados no combate às perdas totais de energia elétrica, que foram reduzidas para 8,70%. Esse nível é 0,74 ponto percentual menor em relação ao ano anterior.

## Relatório da Administração

4.2 - Gestão da inadimplência: o índice de inadimplência, considerando o que não foi recebido em relação ao que foi vendido nos últimos 12 meses, ficou em 1,39%, reflexo de um caso pontual de um consumidor industrial.

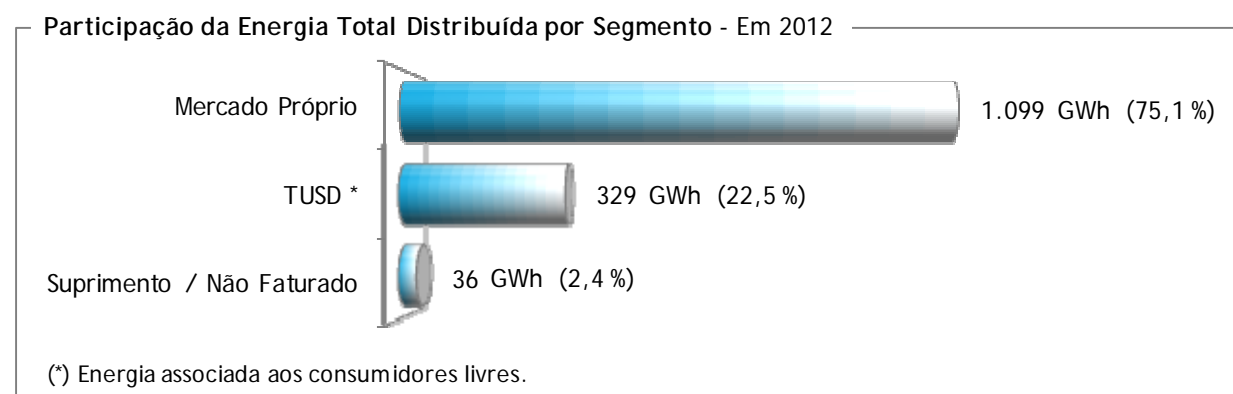
4.3 - DEC e FEC: os indicadores de continuidade (DEC e FEC) em 2012 mantiveram em patamares que confirmam a evolução de desempenho observada nos últimos anos. Em relação à meta regulatória o DEC e FEC em 2012 da Companhia estão 15% e 24% melhores, respectivamente.

Indicadores operacionais	2012	2011	Variação %
Perdas de energia do sistema próprio (%)	8,70	9,44	- 0,74 p.p
Inadimplência dos consumidores nos últimos 12 meses (%)	1,39	1,17	+ 62,4
Pendente (faturamentos mensais a receber) - nº	0,54	0,53	+ 1,9
ISQP (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida) - Abradee	88,4	83,8	+ 5,5
IASC (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor)	71,99	71,29	+ 1,0
DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) - horas	10,16	9,80	+ 3,7
FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor) - vezes	8,87	8,66	+ 2,4

(\*) IASC de 2010, pois em 2011 não foi realizada a pesquisa.

4.4 - Mercado de energia: a energia total distribuída pela Companhia em 2012 atingiu 1.464 GWh, representando um crescimento de 2,01% em relação a 2011. A energia associada ao mercado livre, que representou 22,5% do total do mercado da Companhia, aumentou 5,4% quando comparado ao ano anterior, devido, basicamente, às migrações de clientes do mercado cativo para o livre.

Entre as classes de consumo cativo, que mostraram um aumento de 2,1% no consumo, merecem destaque: a classe comercial, com aumento de 6,2% no ano e a classe residencial com crescimento de 5,7%. Por outro lado, as classes industriais cativas e livres juntas apresentaram uma redução de 0,7% no consumo.



A Energisa Minas Gerais encerrou o exercício de 2012 com 403.680 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,5% superior à registrada no fim de 2011. O número de consumidores livres totalizou 27 no fim de 2012.

## Relatório da Administração

### 5 - Gestão de pessoas

---

Ciente da importância dos seus 786 colaboradores, dos quais 209 terceirizados, no cumprimento de sua missão e de seus objetivos estratégicos, a Energisa Minas Gerais dedicou 59.054 homem/hora aos treinamentos realizados em 2012, representando 105 horas por colaborador, com investimentos de R\$ 548 mil.

Na modalidade de ensino a distância, por meio do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), foram dedicadas 28.046 homem/hora. Pela aplicação desde 2009 dessa modalidade de ensino, a Energisa participou do debate do Fórum de Educação Corporativa promovido pelo IQPC - International Quality and Productivity Center. Além disso, em 2012 a Energisa Minas Gerais estruturou ações de capacitação e desenvolvimento por meio do Programa de Educação Corporativa, tendo como direcionadores a Missão, Visão e Valores, os desafios de negócio, competências e diretrizes estratégicas, bem como a definição de escolas e trilhas de aprendizagem, de forma a permitir o desenvolvimento dos seus colaboradores e suportar as estratégias da Companhia.

A Energisa Minas Gerais vem também dando ênfase ao desenvolvimento das suas lideranças, com continuidade do Portal Líder Energisa, proporcionando a aquisição de conteúdos alinhados às estratégias da Companhia. Em 2012, o programa contemplou 14 cursos, com aproximadamente 18 mil de treinamento junto a todos os gestores da Companhia. Para tanto, foi estabelecida parceria com a Mindquest, que disponibilizou conteúdos de ensino da Harvard Business e Chicago Booth, favorecendo a quebra de paradigmas na educação à distância e demonstrando que é possível atingir mais pessoas, continuamente, com melhor qualidade das ações educacionais, maior integração e alinhamento às necessidades da organização com foco em resultado.

A Energisa Minas Gerais deu ainda continuidade ao programa estruturado de Geração de Talentos, com a seleção de dois *trainees* que, durante 2013, vão conhecer as diversas áreas da Companhia, seus processos e atividades.

As práticas bem sucedidas dos anos anteriores foram mantidas e reforçadas, destacadamente: o Projeto Bússola, que levou as metas e diretrizes da Companhia a 100% dos colaboradores; Programa de Boas Vindas, que contempla uma reunião dos diretores com os colaboradores recém-admitidos; reuniões da diretoria com os acidentados; ginástica laboral; Programa de Incentivos (PIN), que busca valorizar as ideias e inovações dos colaboradores; Projeto Energisa e Filhos, este voltado para os filhos dos colaboradores, que visitam a área e a Companhia onde seus pais trabalham, e o Programa de Voluntariado, realizado em parceria com a Junior Achievement e que tem como foco, escolas de 1º grau da região.

As práticas de gestão de recrutamento interno na Companhia também se fizeram visíveis, com programas de desenvolvimento e avaliação de desempenho.

Em 2012, a Energisa Minas Gerais recebeu o Prêmio Nacional de Segurança denominado MEDALHA ELOY CHAVES, da Fundação COGE - FUNCOGE, maior reconhecimento de Segurança do Trabalho. Isto é a evidência viva de uma cultura de gestão preventiva que valoriza o ser humano como maior patrimônio da Companhia.

A Energisa Minas Gerais conquistou a 2ª colocação no Prêmio SESI Qualidade de Vida, na categoria Cultura Organizacional, pela prática de comunicar a estratégia da Companhia a todos os colaboradores, através do Projeto Bússola.

### 6 - Responsabilidade socioambiental

---

A Energisa Minas Gerais sabe da importância do seu papel social e está cada vez mais presente nas comunidades onde atua por meio de ações promovidas pela Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho - entidade exclusivamente focada na produção e na valorização da cultura brasileira -, e em parcerias com prefeituras e instituições nas áreas da educação, esporte, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.

Por intermédio da Fundação, em agosto de 2012, foram inaugurados, em Cataguases, o Museu Energisa e o Centro de Memória da Zona da Mata. Com imagens, fotografias e filmes históricos, o Museu Energisa é um espaço que retrata a evolução da Companhia na região e a história da eletricidade, por

## Relatório da Administração

meio de uma museografia moderna e interativa composta de mídias eletrônicas. O Centro de Memória dispõe de jornais, fotos e iconografia da região em arquivos digitalizados.

A 10ª edição do tradicional Festival de Viola de Piacatuba, entre os dias 25 e 29 de julho, movimentou quase 40 mil pessoas para um evento que já se tornou referência no calendário cultural mineiro. Além da mobilização cultural, o festival é responsável por incrementar a vida econômica do distrito de Piacatuba - que hoje conta com bares, restaurantes e pousadas abertos a partir da realização do Festival, bem como revelar novos talentos da viola.

Ainda na linha de incentivo à cultura, a Energisa Minas Gerais reuniu mais de 27 mil pessoas em espetáculos regulares de música e de teatro infantil por intermédio do projeto Usina Cultural, realizado em diversas cidades da Zona da Mata Leste de Minas Gerais. Já a 3ª edição do Circuito Grande Hotel Muriahe promoveu espetáculos de teatro, música e dança, além de exposições, exibição de filmes e oficinas, para um público estimado de 50 mil pessoas.

A Companhia também patrocinou a produção do longa-metragem "O Menino no Espelho", adaptação da obra de Fernando Sabino, que movimentou Cataguases e região com as filmagens entre os meses de junho e agosto, gerando renda e emprego. O lançamento está previsto para o segundo semestre de 2013. Além dessas ações, a Energisa Minas Gerais continuou apoiando em 2012 outros projetos desenvolvidos pela Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com destaque para a Casa de Leitura Lya Maria Müller Botelho em Leopoldina (MG) e as atividades de inserção social do Projeto Café com Pão Arte Confusão.

A Companhia lançou um projeto de grande impacto e interesse social em 2012: Biblioteca Energisa. Com pontos agregados às agências de atendimento das oito maiores cidades da área de concessão (Além Paraíba, Cataguases, Leopoldina, Manhuaçu, Muriaé, São João Nepomuceno, Ubá e Visconde do Rio Branco), a biblioteca incentiva a leitura por meio da troca de livros: basta o cliente levar um livro em bom estado de conservação e trocar por outro.

Ainda como incentivo à cultura, a Energisa apoiou o projeto da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Leopoldina para criação do "Espaço dos Anjos", um museu em homenagem ao poeta paraibano Augusto dos Anjos, que residiu no referido município mineiro seus últimos meses de vida.

O Projeto Nossa Energia, associado ao Programa de Eficiência Energética da Aneel, continuou como grande destaque na área social. Desde que foi implantado, em 2011, a Energisa Minas Gerais esteve presente em todos os municípios da área de concessão levando informação sobre o uso seguro e consciente da energia elétrica. Em dois anos, o projeto beneficiou milhares de famílias cadastradas na Tarifa Social de Energia Elétrica - Baixa Renda, alcançando os seguintes resultados: doação de 879 padrões de energia e substituição de quase 80 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes, distribuição de 1.060 duchas eficientes e mais de 630 geladeiras. Além disso, o Projeto Nossa Energia levou atividades educativas através de vídeos interativos e palestras a mais de 13 mil alunos de escolas municipais e estaduais.

Mantendo o projeto de voluntariado com a Junior Achievement, fundação educativa sem fins lucrativos, a Energisa Minas Gerais envolveu 170 alunos de Cataguases e Visconde do Rio Branco com cursos que visam à formação de jovens empreendedores.

Na área do esporte, a Energisa Minas Gerais patrocinou o Projeto Magia V, viabilizando a participação de uma equipe de alto nível, liderada pelos irmãos Torben e Lars Grael, nos principais eventos de vela de oceano nacionais e internacionais da temporada 2013.

A Energisa Minas Gerais também patrocinou diversas iniciativas das prefeituras da área de concessão e de outras instituições que estimulam o esporte, literatura e a música, seminários e feiras que visam promover o desenvolvimento sócio econômico e ambiental. Como exemplos, a Feira de Móveis de Minas Gerais (FEMUR), evento de referência no setor moveleiro nacional, e o 1º Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade, em Cataguases.

A Energisa Minas Gerais também trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, por meio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente. Merecem destaque: o descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública; o desenvolvimento de campanhas internas e externas pela educação e conscientização

## Relatório da Administração

ambiental (3RS, redução consumo água, uso adequado da energia elétrica, etc); a contratação de fornecedores que, comprovadamente, tenham boa conduta ambiental.

Ainda como destaque nas ações com vistas ao desenvolvimento sustentável, a Energisa Minas Gerais participa de consórcios e comitês em prol do desenvolvimento sustentável e dos recursos hídricos de sua área de concessão. A Companhia integra o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERHMG).

### 7 - Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais em 2012 foi de R\$ 121 mil, sendo: i) R\$ 117 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras, e ii) R\$ 4 mil por serviços de procedimentos pré-acordados com a ANEEL para os Programas de "Eficiência Energética".

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.



**Notas Explicativas**

**Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

**1 Contexto operacional**

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, ("Companhia ou Energisa MG") - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 403.707 consumidores (informação não auditada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

A referida legislação aborda os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia terá sua concessão expirando em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 15 de outubro de 2012 suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causarão impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita terá em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Abaixo estão listadas algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;



## Notas Explicativas

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 32, respectivamente.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os CPCs e IFRS, não havendo diferenças entre as práticas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, planos de suplementação de aposentadoria e pensões e créditos tributários. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE - os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (i) clientes, consumidores e concessionárias constituída com base nos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias; (ii) títulos de créditos a receber, constituída em 100% do valor da dívida a partir de vencidas 3 parcelas do contrato.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios

## Notas Explicativas

econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também esta sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Planos de suplementação de aposentadoria e pensões - A Companhia possui planos de benefícios a empregados que inclui planos de suplementação de aposentadoria e pensões, prêmio de aposentadoria e plano de saúde.

Os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 600 de 07 de outubro de 2009 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC nº33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos no resultado do exercício.

Créditos tributários - os créditos tributários são reconhecidos com relação as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

### 3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

#### 3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu os seguintes pronunciamentos contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2013:

IFRS 1 - Isenções dos requerimentos de reapresentação das informações comparativas para a IFRS 9;

IFRS 7 - Divulgação - compensação de ativos e passivos financeiros;

IFRS 9 - Instrumentos financeiros - estabelece os princípios de divulgação de ativos e passivos financeiros que irão apresentar informações úteis e relevantes para avaliação dos valores, época e incertezas dos fluxos de caixa futuros. Entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração do valor justo; (CPC 46);

IAS 1 - Esclarecimentos dos requerimentos das informações comparativas;

IAS 16 - Classificação dos equipamentos de serviço;

## Notas Explicativas

IAS 19 - Benefícios a empregados - Traz modificação na contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano que exigem o reconhecimento dessas alterações conforme ocorreram, e, portanto, a eliminação da "abordagem de corredor" (CPC 33 R1);

IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (CPC 35 R2);

IAS 32 - Efeitos tributários da distribuição dos instrumentos de patrimônio para os acionistas, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2013 e Compensação de ativos e passivos financeiros, entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014;

IAS 34 - relatórios financeiros interinos e informações por segmentos para o total de ativos e passivos.

A Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

### 3.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

- a. Caixa e equivalentes de caixa - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo;
- b. Instrumentos financeiros - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação dos instrumentos financeiros pela forma de apuração de seu valor justo está apresentada na nota explicativa nº 29.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e bancos; aplicações no mercado aberto, recursos vinculados, consumidores e concessionárias, contas a receber da concessão, títulos de créditos a receber e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos, debêntures, encargos de dívidas e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado.

## Notas Explicativas

- c. Consumidores e concessionárias - englobam o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento do balanço;
- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL;
- e. Estoques - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. Contas a receber da concessão - representa a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão a ser indenizada ao final da concessão. Até 31 de dezembro de 2011, diante das incertezas vinculadas ao valor de indenização desses ativos, a Administração da Companhia concluiu que a melhor estimativa para a valorização do ativo financeiro a receber ao final da concessão seria o valor dos ativos em serviços registrados ao seu custo histórico contábil.

Com a publicação da Media Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, em data subsequente ao encerramento do exercício, foi confirmado a utilização do "VNR - Valor Novo de Reposição" pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. Por essa razão, em 31 de dezembro de 2012, foi registrado como receita financeira o valor correspondente a diferença entre o VNR e o custo histórico contábil. Esses ativos estão classificados como disponível para venda, cujos efeitos estão detalhados na nota explicativa nº 14.

- g. Ativos e passivos regulatórios - para fins tarifários os custos ainda não reconhecidos nas tarifas e ou custos reconhecidos nas tarifas por valores superiores aos valores efetivos, são diferidos e somente reconhecidos pela ANEEL quando da inclusão nas tarifas elétricas. Considerando não haver, nas normas contábeis internacionais (IFRS) e nos CPC's, base para registro desses ativos e passivos, os mesmos são reconhecidos no resultado do exercício em que efetivamente ocorrem.
- h. Investimentos - estão contabilizados ao custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável;
- i. Arrendamento mercantil financeiro - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo intangível, sendo amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações é apropriada na demonstração de resultado como despesa financeira;
- j. Intangível - contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperado durante o prazo da concessão;
- k. Juros e encargos financeiros - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação;
- l. Redução a valor recuperável - a Companhia avalia os ativos do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os impostos a recuperar e os créditos tributários têm a recuperabilidade testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

## Notas Explicativas

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não-pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras.

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o Grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já feitas em 31 de dezembro de 2012;

- m. Empréstimos, financiamentos e debêntures - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;
- n. Derivativos - Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 29;



## Notas Explicativas

o. Imposto de renda e contribuição social - A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. Na apuração do imposto de renda e da contribuição social a partir do exercício de 2008 a Companhia optou por adotar o Regime Transitório de Tributação (RTT). O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

- p. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- q. Ajuste a valor presente - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- r. Dividendos - Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- s. Resultado - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizado na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- t. Benefícios a empregados - benefício definido - A obrigação líquida da Companhia quanto ao plano de pensão de benefício definido é calculada através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano;
- u. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;

## Notas Explicativas

### 3.3 Ajuste e Reclassificação:

Para melhor comparabilidade com a classificação adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram feitas reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 e 01/01/2011 em relação aos originalmente publicados referentes a:

#### Demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício anterior

A Companhia revisou, no exercício, a apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa, e realocou as transações de aplicação financeira e recursos vinculados apresentadas anteriormente nas atividades de investimentos para as atividades de financiamento. Como consequência, as demonstrações dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em dezembro de 2011 e 01/01/2011 estão sendo alterados para fins de comparação.

	Demonstrações do Fluxo de Caixa			
	2011 Publicado	2011 Reclassificado	01/01/2011 Publicado	01/01/2011 Reclassificado
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
(Aumento) de aplicação financeira e recursos vinculados	(28.784)	-	(26.470)	-
Total das variações nas contas do ativo circulante e não circulantes	(17.092)	11.692	(44.864)	(18.394)
<b>Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>71.915</b>	<b>100.699</b>	<b>61.275</b>	<b>87.745</b>
Atividades de investimentos				
Aplicação financeira e recursos vinculados	-	(28.784)	-	(26.470)
<b>Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(48.107)</b>	<b>(76.891)</b>	<b>(10.790)</b>	<b>(37.260)</b>
<b>Variação Líquida do Caixa</b>	<b>(768)</b>	<b>(768)</b>	<b>(37.015)</b>	<b>(37.015)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	29.850	29.850	66.865	66.865
Caixa mais equivalentes de caixa finais	29.082	29.082	29.850	29.850
<b>Variação Líquida do caixa</b>	<b>(768)</b>	<b>(768)</b>	<b>(37.015)</b>	<b>(37.015)</b>

## 4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações contábeis individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

**Notas Explicativas**

## 5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

## a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado						
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2012	2011	01/01/2011
CEF	CDB	29/12/2014	100,5% do CDI	13.832	7.468	-
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	1.465	1.226	-
Mercantil FID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	775	952	990
Santander	Debêntures (**)	12/09/2014 a 18/12/2014	103,2% a 104,0% do CDI	7.022	-	-
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	10.004	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	946	2.620
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	28	159
Fundo JGP Max FIC FIM	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	1.046
Fundo Paineiras Hedge FI	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	1.045
Fundo Plural	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	17.585
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	-	77
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	5.002	-
<b>Total</b>				<b>23.094</b>	<b>25.626</b>	<b>23.522</b>
Caixa e bancos				2.729	3.456	6.328
<b>Total caixa e equivalente de caixa</b>				<b>25.823</b>	<b>29.082</b>	<b>29.850</b>



**Notas Explicativas****b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados**

<b>b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>01/01/2011</b>
ABC Brasil	CDB	10/01/2013 a 23/12/2013	106,0% a 107,5% do CDI	15.141	-	-
BES	CDB	10/10/2013	100,0% do CDI	30	28	34
BMG	CDB	16/12/2013	112,0% do CDI	315	1.480	254
Bradesco	CDB	30/12/2013 a 22/05/2014	99,0% a 100,0% do CDI	831	39	-
Bradesco	Debêntures (**)	25/03/2013 a 13/05/2013	99,5% do CDI	13.952	15.729	17.092
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.150	-	-
Bradesco	Poupança	-	Poupança	-	521	503
BTG Pactual	CDB	11/4/2011	106,1% do CDI	-	-	5.386
CEF	Poupança	-	Poupança	16	1.243	16
Daycoval	CDB	26/2/2013	107,0% do CDI	14.345	-	-
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	7.064	-	-
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	77	-	-
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	890	-	-
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	10.027	-	-
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	6.019	-	-
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	2.323	-	-
Itaú	CDB	3/12/2013	101,8% do CDI	16	15	123
Itaú	Debêntures	04/04/2013 a 25/07/2013	100,0% a 103,5% do CDI	171	157	21
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	56	55	52
Pine	CDB	2/7/2012	111,0% do CDI	-	10.005	-
Votorantim	Debêntures (**)	27/6/2012	106,0% do CDI	-	20.009	-
				<b>72.423</b>	<b>49.281</b>	<b>23.481</b>
<b>b.2 Aplicações financeiras disponíveis para venda</b>						
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	-	679	429
				-	<b>679</b>	<b>429</b>
<b>b.3 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento</b>						
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	25/01/2013 a 29/12/2020	100,0% do CDI	2.568	4.409	4.419
				<b>2.568</b>	<b>4.409</b>	<b>4.419</b>
<b>Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados</b>				<b>74.991</b>	<b>54.369</b>	<b>28.329</b>
Circulante				72.423	49.439	23.417
Não circulante				2.568	4.930	4.912

(\*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(\*\*) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

**Notas Explicativas****6 Consumidores e concessionárias**

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2012	2011	01/01/2011
Residencial	13.203	5.528	758	239	26	-	19.754	18.067	17.570
Industrial	12.264	1.148	631	22	42	899	15.006	14.066	20.036
Comercial	7.467	1.542	194	99	153	57	9.512	8.330	8.276
Rural	2.613	1.014	248	86	-	9	3.970	3.709	3.645
Poder público:									
Federal	29	4	2	-	-	-	35	31	29
Estadual	314	38	23	-	-	-	375	326	309
Municipal	1.146	141	83	1	-	-	1.371	1.193	1.126
Iluminação pública	890	122	21	-	-	-	1.033	926	488
Serviço público	1.431	36	21	20	-	-	1.508	1.170	1.142
Subtotal - consumidores	39.357	9.573	1.981	467	221	965	52.564	47.818	52.621
Concessionárias (2)	568	-	-	-	-	9.282	9.850	9.277	9.347
Fornecimento não faturado	14.378	-	-	-	-	-	14.378	15.000	12.480
Outros	13.650	-	-	-	-	1.889	15.539	15.282	33.197
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(239)	(179)	(2.946)	(3.364)	(2.091)	(2.475)
<b>Total</b>	<b>67.953</b>	<b>9.573</b>	<b>1.981</b>	<b>228</b>	<b>42</b>	<b>9.190</b>	<b>88.967</b>	<b>85.286</b>	<b>105.170</b>
<b>Circulante</b>							<b>80.760</b>	<b>77.079</b>	<b>96.963</b>
<b>Não circulante</b>							<b>8.207</b>	<b>8.207</b>	<b>8.207</b>

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2012, refere-se ao registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$9.570 (R\$9.277 em 2011 e R\$9.347 em 01/01/2011), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2012. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica "fornecedores" no passivo circulante de R\$46 em 2011 e R\$848 em 01/01/2011, referente a aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$3.640 (R\$1.280 em 2011 e R\$1.601 em 01/01/2011), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	2012	2011	01/01/2011
Saldos a vencer	288	193	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	2.409	2.211	2.474
	9.570	9.277	9.347
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	(46)	(848)
(-) Encargos de serviços do sistema	(3.640)	(1.280)	(1.601)
	<b>5.930</b>	<b>7.951</b>	<b>6.898</b>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$1.350.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por

**Notas Explicativas**

determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

**7 Títulos de créditos a receber**

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos estão demonstrados como se segue:

	2012	2011	01/01/2011
Títulos de créditos a receber	6.092	8.438	9.350
Ajuste a valor presente	(780)	(445)	(296)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.528)	(3.143)	(2.210)
	<u>2.784</u>	<u>4.850</u>	<u>6.844</u>
Circulante	1.952	1.957	3.057
Não circulante	832	2.893	3.787

(\*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de dezembro de 2012, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	2.528
2013	1.951
2014	102
2015	103
2016	107
2017	92
2018 em diante	429
<b>Total</b>	<u>5.312</u>

## Notas Explicativas

### 8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	2012	2011
Saldo - inicial - 2011 e 01/01/2011	5.234	4.685
Provisões constituídas no exercício	2.311	814
Reversão de provisões no exercício	(1.653)	(265)
<b>Saldo - final - circulante</b>	<b>5.892</b>	<b>5.234</b>
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.364	2.091
Títulos de créditos a receber	2.528	3.143

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

### 9 Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

**Revisão tarifária:**

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da EMG com reajuste que gerou um aumento da 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

**Notas Explicativas****10 Baixa renda e outros créditos**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Baixa renda	5.976	2.384	3.260
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	10.071	8.085	4.487
Ordens de serviço em curso - outros	363	121	179
Ordens de dispêndio a reembolsar	2.052	1.877	-
Adiantamentos	800	501	422
Outras	2.496	3.011	1.576
	<u>21.758</u>	<u>15.979</u>	<u>9.924</u>

Segue a movimentação do baixa renda:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo - inicial circulante - 2011 e 01/01/2011	2.384	3.260
Subvenção Baixa Renda	20.287	14.571
Ressarcimento pela Eletrobrás	(18.769)	(15.447)
Contas a receber Eletrobrás	2.074	-
Saldo - final - circulante	<u>5.976</u>	<u>2.384</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

**11 Impostos a recuperar**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	9.606	11.623	9.026
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	544	251	28
Imposto de Renda - IRPJ	169	20	43
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	31	25	26
Contribuição do PIS e COFINS	9.186	10.185	12.454
Outros	488	446	443
	<u>20.024</u>	<u>22.550</u>	<u>22.020</u>
Circulante	11.338	10.379	13.689
Não Circulante	8.686	12.171	8.331

**12 Transações com partes relacionadas**

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Tonon Bioeletricidade, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Companhia Tonon Bioelétrica e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II)(empresas ligadas da Companhia).

**Transações efetuadas durante o exercício:**

**Notas Explicativas**

	<u>ENF (a)</u>	<u>ESO (a)</u>	<u>ESA (b)</u>	<u>ESER (a)</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Prestação de serviços	-	(21.694)	(9.916)	(152)	(31.762)	(29.652)	(27.413)
Custo e uso de conexão	(1.321)	-	-	-	(1.321)	(1.177)	(1.535)
					<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Saldo a pagar - fornecedores	94	1.498	762	24	2.378	2.392	2.193

- (a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.
- (b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

**Remuneração dos administradores**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$634 (R\$604 em 2011) e da Diretoria foi de R\$1.137 (R\$1.055 em 2011). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$359 (R\$302 em 2011). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$269 (R\$253 em 2011).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$15 e R\$2 (R\$14 e R\$2 em 2011), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2012 foi de R\$8 (R\$6 em 2011).

Na AGO de abril de 2012, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2012 em R\$2.827.

**Notas Explicativas****13 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	2012	2011	01/01/2011
<b>Ativo</b>			
Prejuízos fiscais	23.391	26.467	29.556
Base negativa de contribuição social	9.320	10.410	11.505
Diferenças temporárias (1):			
Imposto de renda	(8.978)	5.101	7.314
Contribuição social	(3.232)	1.836	2.633
<b>Total - não circulante</b>	<b>20.501</b>	<b>43.814</b>	<b>51.008</b>
<b>Passivo</b>			
Imposto de renda	-	1.884	548
Contribuição social	-	678	197
<b>Total - não circulante</b>	<b>-</b>	<b>2.562</b>	<b>745</b>

As diferenças temporárias são como segue:

	Base de cálculo	IR e CS temporário
Resultado de swap	1.455	495
Provisões constituídas	19.442	6.610
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	(57.224)	(19.456)
Outros	414	141
<b>Total</b>	<b>(35.913)</b>	<b>(12.210)</b>

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2013	6.647
2014	5.547
2015	5.520
2016	873
2017	961
2018 em diante	953
<b>Total - circulante</b>	<b>20.501</b>

## Notas Explicativas

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2012	2011
Lucro antes dos impostos	100.782	53.847
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal combinada	(34.266)	(18.308)
Ajustes:		
Outros	99	(55)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(34.167)	(18.363)
Alíquota efetiva	<u>33,90%</u>	<u>34,10%</u>

### 14 Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 as Companhia reconheceu o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM, tendo reconhecido no resultado do exercício em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$57.224.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	
Ativo financeiro custo histórico - 01/01/2011	94.006
Adições no exercício	42.436
Ativo financeiro custo histórico - 2011	136.442
Adições no exercício (*)	24.199
Baixas no exercício	(126)
Ativo financeiro custo histórico - 2012	160.515
Atualização contas a receber da concessão - VNR	57.224
Ativo financeiro custo corrigido -2012	<u>217.739</u>

(\*) Inclui R\$1.254 referente a aplicação da Resolução Normativa nº 474 que estabeleceu nova vida útil econômica para os ativos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroativa a 1º de janeiro de 2012.



**Notas Explicativas****15 Intangível e Imobilizado****Contrato de concessão**

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo Inicial 2011	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo Final 2012
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	325.294		(3.519)	(9.011)	-	312.764
Amortização Acumulada	(231.046)		2.266	3.147	(20.885)	(246.518)
Subtotal	94.248	-	(1.253)	(5.864)	(20.885)	66.246
Em Curso	9.439	39.967	(7.167)	(24.795)	-	17.444
<b>Total</b>	<b>103.687</b>	<b>39.967</b>	<b>(8.420)</b>	<b>(30.659)</b>	<b>(20.885)</b>	<b>83.690</b>
<b>Obrigações Especiais</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	44.680	-	322	(3.898)	-	41.104
Amortização Acumulada	(20.742)	-	-	-	(5.764)	(26.506)
Subtotal	23.938	-	322	(3.898)	(5.764)	14.598
Em Curso	27.657	3.630	(322)	(2.392)	-	28.573
<b>Total das obrigações Especiais</b>	<b>51.595</b>	<b>3.630</b>	<b>-</b>	<b>(6.290)</b>	<b>(5.764)</b>	<b>43.171</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>52.092</b>	<b>36.337</b>	<b>(8.420)</b>	<b>(24.369)</b>	<b>(15.121)</b>	<b>40.519</b>
<b>IMOBILIZADO</b>						
<b>Imobilizado em Serviço</b>						
<b>Custo:</b>						
Software			-	-		-
Edificações e benfeitorias		-	209	-		209
Máquinas e equipamentos		-	7.022	(4.983)		2.039
Veículos		-	980	-		980
Móveis e utensílios		-	2.475	-		2.475
Depreciação Acumulada		-	(2.266)	1.173	(345)	(1.438)
<b>Total Imobilizado em serviço</b>		<b>-</b>	<b>8.420</b>	<b>(3.810)</b>	<b>(345)</b>	<b>4.265</b>
<b>Total</b>	<b>52.092</b>	<b>36.337</b>	<b>-</b>	<b>(28.179)</b>	<b>(15.466)</b>	<b>44.784</b>

(\*) Inclui R\$24.199 de transferência para Contas a Receber da Concessão (vide nota explicativa nº 14) R\$4.265 transferido para o Ativo Imobilizado.

**Notas Explicativas**

	Saldo Inicial 01/01/2011	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldo Final 2011
<b>Intangível em serviço</b>						
Custo	312.066	-	17.808	(4.580)		325.294
Amortização acumulada	(212.497)	-	-	4.208	(22.757)	(231.046)
Subtotal	99.569	-	17.808	(372)	(22.757)	94.248
Em curso (*)	14.017	64.288	(17.808)	(51.058)	-	9.439
<b>Total</b>	<b>113.586</b>	<b>64.288</b>	<b>-</b>	<b>(51.430)</b>	<b>(22.757)</b>	<b>103.687</b>
<b>Obrigações Especiais</b>						
<b>Em Serviço</b>						
Custo	41.278	-	2.030	1.372	-	44.680
Amortização acumulada	(13.390)	-	-	-	(7.352)	(20.742)
Subtotal	27.888	-	2.030	1.372	(7.352)	23.938
Em Curso (*)	30.696	8.486	(2.030)	(9.495)	-	27.657
<b>Total</b>	<b>58.584</b>	<b>8.486</b>	<b>-</b>	<b>(8.123)</b>	<b>(7.352)</b>	<b>51.595</b>
<b>Total Geral</b>	<b>55.002</b>	<b>55.802</b>	<b>-</b>	<b>(43.307)</b>	<b>(15.405)</b>	<b>52.092</b>

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Reservatório, barragens e adutoras	2,94%
Edificações e benfeitorias	2%
Máquinas e equipamentos	2,91%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,75% (4,69% em 2011).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

## Notas Explicativas

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2012	2011	01/01/2011
Contribuições do consumidor	109.878	106.565	98.211
Participação da União - recursos CDE	47.816	47.767	47.736
Participação do Governo do Estado	16.558	16.291	16.213
Reserva para reversão	1.409	1.409	1.409
( - ) Amortização acumulada	(26.507)	(20.743)	(13.390)
<b>Total</b>	<b>149.154</b>	<b>151.289</b>	<b>150.179</b>
Alocação:			
Contas a receber da concessão	105.983	99.694	91.595
Infraestrutura - Intangível em serviço	14.598	23.938	27.888
Infraestrutura - Intangível em curso	28.573	27.657	30.696
<b>Total</b>	<b>149.154</b>	<b>151.289</b>	<b>150.179</b>

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3° ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3° ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3° ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais. Em 31 de dezembro de 2012, o montante contabilizado nessa rubrica é de R\$1.338.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia efetuou a transferência de encargos financeiros para o Intangível em curso, conforme abaixo:

	2012	2011
Encargos de dívidas - juros	20.992	24.723
( - ) Transferência para o intangível em curso (*)	(792)	(1.367)
<b>Efeito líquido no resultado</b>	<b>20.200</b>	<b>23.356</b>

(\*) Conforme CPC20 a Companhia utilizou a taxa média ponderada para apropriação dos custos dos empréstimos aos ativos não diretamente vinculados e a taxa efetiva para os ativos específicos.

**Notas Explicativas****16 Fornecedores**

	2012	2011	01/01/2011
Suprimento (1):			
Furnas	136	136	136
Contratos Bilaterais	22.371	21.068	20.170
CCEE	-	46	848
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	8.901	6.194	6.132
Materiais e serviços e outros (2)	8.196	5.485	7.134
<b>Total</b>	<b>39.604</b>	<b>32.929</b>	<b>34.420</b>
Circulante	38.881	32.262	33.842
Não circulante	723	667	578

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

**17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total			Ref.
		Circulante	Não Circulante	2012	2011	01/01/2011	
<b>Em moeda nacional</b>							
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa II(*)	-	-	-	-	16.778	33.136	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	76	-	15.000	15.076	15.131	15.135	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	64	1.511	4.066	5.641	6.776	7.911	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	13	37	52	62	71	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	301	2.733	17.960	20.994	23.990	27.030	
Eletrobrás - Subtransmissão	-	234	1.169	1.403	269	-	
Banco HSBC - repasse BNDES	-	-	-	-	1.673	4.272	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	694	1.080	1.781	2.274	2.787	
Banco HSBC - repasse BNDES	4	234	536	774	928	1.012	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	319	740	1.066	1.387	1.708	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	15	368	3.281	3.664	4.152	-	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	208	860	1.070	1.182	-	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	5	151	1.370	1.526	1.733	-	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	1	6	2.404	2.411	622	-	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	205	557	1.443	2.205	2.088	-	
Banco Itaú BBA - FINAME	38	1.074	4.153	5.265	3.507	324	
Caixa Econômica Federal - FINAME	45	-	4.306	4.351	-	-	
Banco Bradesco - CCB	763	12.501	24.999	38.263	51.208	63.882	(3)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	72	2.446	15.454	17.972	-	-	
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>1.607</b>	<b>23.049</b>	<b>98.858</b>	<b>123.514</b>	<b>133.760</b>	<b>152.268</b>	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(71)	(274)	(356)	(357)	(560)	
<b>Em moeda estrangeira</b>							
Citibank	288	-	33.848	34.136	31.083	-	(3)
Bank of America Merrill Lynch	326	-	58.672	58.998	53.744	-	(3)
Banco Itaú BBA	516	-	61.304	61.820	-	-	(3)
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>1.130</b>	<b>-</b>	<b>153.824</b>	<b>154.954</b>	<b>84.827</b>	<b>-</b>	
<b>Total ENERGISA MINAS GERAIS</b>	<b>2.726</b>	<b>22.978</b>	<b>252.408</b>	<b>278.112</b>	<b>218.230</b>	<b>156.708</b>	

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$2.568 (R\$20.139 em 2011 e R\$21.511 em 01/01/2011 registrados na rubrica, "aplicações no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo circulante.

**Notas Explicativas**

- (1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2012, todas as exigências foram cumpridas.
- (2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 29)

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2012:

Operação	Características da Operação				Custo da Dívida			
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais	Prazo Médio meses	Indexador	Tx de Juros aa	TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	42	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	32	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	19	TJLP	+ 4,3%	4,3%	
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,3%	
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	TJLP	+ 3,9%	3,9%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 4,75%	4,75%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	45	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	3,75%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 5,95%	5,95%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado	5,5%	5,5%	
Banco Itaú BBA - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado	de 4,5% a 10%	4,5% a 10%	
Caixa Econômica Federal - FINAME	Jan-2022	mensal, após dez.2013	Aval Energisa S.A	60	pré-fixado	8,7%	8,7%	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	22	CDI	+ 1,25%	1,25%	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	maio-2015	Mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	19	TJLP	+ 2,25% a 4,15%	2,25% a 4,15%	
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A	21	libor	+ 2,25%	2,25%	
Bank of America Merrill Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A	22	libor	+ 2,0%	2,25%	
Banco Itaú BBA	Set-2015	Final	Aval Energisa S.A	33	Dólar	+ 2,95%	2,95%	

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no ano:

Moeda/indicadores	2012	2011	01/01/2011
US\$ x R\$	8,94%	12,58%	-4,30%
TJLP	5,00%	6,00%	6,00%
SELIC	8,49%	11,62%	9,77%
CDI	7,28%	11,60%	9,74%
IPCA	5,84%	6,50%	5,91%

**Notas Explicativas**

IGP-M 7,81% 5,10% 11,32%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	<u>2012</u>
2014	124.084
2015	86.622
2016	7.175
2017	6.236
2018	10.199
Após 2018	<u>18.092</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>252.408</u></u></b>

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

<u>Contratos</u>	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2015</u> <u>em diante</u>	<u>Total</u>
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	11	-	-	173	184
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	71	71	30	-	172
	<u>82</u>	<u>71</u>	<u>30</u>	<u>173</u>	<u>356</u>

**Notas Explicativas****18 Debêntures (não conversíveis em ações)**

Principais características das debêntures:

	<u>7ª Emissão</u>
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,06% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 2012 (*)	<u>46.734</u>
Circulante	98
Não circulante	46.636
Saldos em 2011 (*)	<u>60.010</u>
Circulante	319
Não circulante	59.691
Saldos em 01/01/2011 (*)	<u>59.973</u>
Circulante	313
Não circulante	59.660

(\*) Deduzido de R\$309 (R\$340 em 2011e R\$370 em 01/01/2011), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2012 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$46.636 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Os custos de captações de debêntures a serem amortizados nos períodos subsequentes é como segue:

	<u>7ª Emissão</u>
Exercício 2014	<u>309</u>
	<u>309</u>

## Notas Explicativas

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa Minas Gerais, 46.915 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 13.085 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$13.085.

Clausulas de repactuação:

Descrição	Empresa	Data de Repactuação/ Resgate Antecipado Facultativo	Prêmio	Condições
Debêntures 7ª emissão	Energisa Minas Gerais	15 de dezembro de 2012	Não há	O conselho de administração deverá deliberar sobre as condições de repactuação das Debêntures, as quais deverão ser comunicadas pela Companhia aos Debenturistas

## 19 Tributos e Contribuições Sociais

	2012	2011	01/01/2011
ICMS	21.565	20.215	18.572
Encargos Sociais	688	587	392
IRPJ	4.138	1.694	2.091
CSSL	2.681	1.915	2.337
PIS/COFINS	5.547	5.233	5.896
IRRF	90	294	276
Outros	733	560	449
<b>Total</b>	<b>35.442</b>	<b>30.498</b>	<b>30.013</b>
Circulante	29.978	29.508	28.960
Não circulante	5.464	990	1.053

## 20 Parcelamento de impostos

A Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No exercício foram efetuados pagamentos de R\$1.422 (R\$1.326 em 2011) e juros Selic de R\$322 (R\$532 em 2011).

Em 2012, o saldo do parcelamento é de R\$ 3.284 (R\$4.384 em 2011 e R\$5.178 em 01/01/2011) e o número de parcelas a serem quitadas são 27.

Em 2012, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	2012	2011	01/01/2011
2011	-	-	1.195
2012	-	1.404	2.319
2013	1.454	1.404	1.664
2014	1.454	1.404	-
Após 2014	376	172	-
<b>Total</b>	<b>3.284</b>	<b>4.384</b>	<b>5.178</b>
Circulante	1.407	1.315	1.195
Não circulante	1.877	3.069	3.983



## Notas Explicativas

### 21 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2012
Trabalhistas	2.764	2.035	(1.747)	173	3.225
Cíveis	2.887	833	(896)	151	2.975
<b>Total</b>	<b>5.651</b>	<b>2.868</b>	<b>(2.643)</b>	<b>324</b>	<b>6.200</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(566)	-	-	-	(776)

(\*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.307 (R\$1.127 em 2011) dos quais R\$531 (R\$561 em 2011), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No exercício foram pagos o montante de R\$409 e (R\$6.047 em 2011), sendo de indenizações trabalhistas R\$337 (R\$5.380 em 2011) e de indenizações cíveis R\$72 (R\$667 em 2011).

	Saldo inicial 01/01/2011	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 2011
Trabalhistas	7.975	1.276	(6.827)	340	2.764
Cíveis	2.281	774	(290)	122	2.887
Fiscais	371	-	(371)	-	-
<b>Total</b>	<b>10.627</b>	<b>2.050</b>	<b>(7.488)</b>	<b>462</b>	<b>5.651</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)	(944)	-	-	-	(566)

#### Perdas prováveis

##### • Trabalhistas

Durante o exercício de 2012, a assessoria jurídica da Companhia, baseada na posição de advogados externos, quando aplicável, atualizou a revisão dos processos trabalhistas em andamento e, concluiu que a provisão deveria ser complementada em R\$2.035 (R\$1.276 em 2011) e revertida no montante de R\$1.747 (R\$6.827 em 2011).

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

##### • Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$425.

No exercício de 2012, foi registrado complemento de provisão no montante de R\$833 (R\$774 em 2011) e reversão de provisões no montante de R\$896 (R\$290 em 2011).

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

#### Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$79.083 (R\$63.645 em 2011 e R\$37.973 em 01/01/2011), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

## Notas Explicativas

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

Refere-se à reclamação trabalhista no montante equivalente a R\$1.757 (R\$1.664 em 2011 e R\$3.328 em 01/01/2011), que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária).

- **Cíveis**

Essas ações no montante equivalente a R\$45.752 (R\$38.551 em 2011 e R\$14.893 em 01/01/2011) têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

- **Fiscais**

Essas ações no montante de R\$31.574 (R\$23.430 em 2011 e R\$19.752 em 01/01/2011), têm por objeto pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS, diferenças de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

## 22 Patrimônio Líquido

### 22.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171, atribuídos a 370.676 ações ordinárias, 79.783 ações preferenciais classe "A" e 253 ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

### 22.2 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitado a 20% do capital social.

## Notas Explicativas

### 22.3 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	66.615	35.484
Dividendos obrigatórios (25%)	16.654	8.871
Dividendos antecipados autorizados pela RCA (*):		
• Em agosto de 2012 - R\$0,029 por lote de mil ações (setembro de 2011 - R\$0,049 por lote de mil ações)	13.152	22.112
• Em dezembro de 2012 - R\$0,033 por lote de mil ações (dezembro 2011 - R\$0,013 por lote de mil ações)	14.932	5.976
	<u>28.084</u>	<u>28.088</u>
Dividendos adicionais propostos R\$0,0855 (R\$0,013 em 2011) por lote de mil ações (**):	38.531	5.704
<b>Total dos dividendos</b>	<u><u>66.615</u></u>	<u><u>33.792</u></u>
% sobre o lucro líquido ajustado	100	95

(\*) Os dividendos antecipados aprovados pelas RCAs de 09 de agosto e 20 de dezembro de 2012 (10 de agosto e 23 de dezembro 2011) foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de novembro de 2012 (30 de junho e 30 de setembro de 2011), respectivamente.

(\*\*) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do CPC-08. O Conselho de Administração deliberou em 14 de fevereiro de 2012 o pagamento desses dividendos até o último dia útil de março de 2012.

**Notas Explicativas****23 Receita operacional**

	2012			2011		
	Não auditado pelos auditores independentes			Não auditado pelos auditores independentes		
	Nº de consumidores	MWh	R\$	Nº de consumidores	MWh	R\$
Residencial	297.257	416.344	253.607	288.434	393.849	230.102
Industrial	3.684	187.439	86.807	3.678	207.897	94.420
Comercial	33.698	210.428	112.457	33.216	198.187	103.545
Rural	64.210	141.448	49.529	63.708	139.833	47.548
Poder Público:						
Federal	62	477	258	61	441	232
Estadual	553	10.089	5.433	531	9.326	4.902
Municipal	3.322	21.251	11.425	3.293	19.647	10.310
Iluminação Pública	254	70.591	21.896	256	68.514	20.635
Serviço Público	548	37.762	14.903	542	35.430	13.569
Consumo Próprio	92	3.079	-	90	2.961	-
<b>Subtotal</b>	<b>403.680</b>	<b>1.098.908</b>	<b>556.315</b>	<b>393.809</b>	<b>1.076.085</b>	<b>525.263</b>
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	12.218	-	-	10.740
Suprimento	-	31.300	2.391	-	47.809	1.100
Fornecimento não faturado (líquido)	-	4.674	(622)	-	(1.375)	2.520
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	27	-	42.334	17	-	44.691
Receita de Construção	-	-	36.775	-	-	45.180
Outras receitas operacionais	-	-	5.199	-	-	5.404
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>403.707</b>	<b>1.134.882</b>	<b>654.610</b>	<b>393.826</b>	<b>1.122.519</b>	<b>634.898</b>
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	119.869	-	-	115.585
PIS	-	-	10.170	-	-	9.626
COFINS	-	-	46.847	-	-	44.606
ISS	-	-	80	-	-	77
Quota para RGR	-	-	5.294	-	-	3.176
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.955	-	-	1.885
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	15.529	-	-	14.165
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	14.840	-	-	18.081
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	3.127	-	-	3.016
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	1.338	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>219.049</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>210.217</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>403.707</b>	<b>1.134.882</b>	<b>435.561</b>	<b>393.826</b>	<b>1.122.519</b>	<b>424.681</b>

**Notas Explicativas****24 Despesas Operacionais**

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

NATUREZA DO GASTO	CUSTO DO SERVIÇO			DESPESAS OPERACIONAIS			
	COM ENERGIA ELÉTRICA		PRESTADO A TERCEIROS	GERAIS		TOTAL	
	COM ENERGIA ELÉTRICA	DE OPERAÇÃO	PRESTADO A TERCEIROS	COM VENDAS	E ADMINIST.	2012	2011
Energia elétrica comprada para revenda	177.396	-	-	-	-	177.396	162.157
Encargo de uso-sistema de transmissão e distribuição	58.220	-	-	-	-	58.220	46.903
Pessoal e administradores	-	11.045	17	2.491	15.468	29.021	29.650
Entidade de previdência privada	-	29	-	6	279	314	228
Material	-	2.636	157	1.041	1.412	5.246	5.059
Serviços de terceiro	-	15.703	172	8.573	25.310	49.758	47.477
Depreciação e amortização	-	14.160	-	63	1.243	15.466	15.405
Provisão p/créd. liquidação duvidosa	-	-	-	757	-	757	1.197
Provisões para riscos	-	225	-	-	-	225	(5.438)
Custo de construção	-	-	36.775	-	-	36.775	45.180
Outras	-	1.644	2	412	4.872	6.930	6.144
	<b>235.616</b>	<b>45.442</b>	<b>37.123</b>	<b>13.343</b>	<b>48.584</b>	<b>380.108</b>	<b>353.962</b>

**25 Outros Resultados**

	2012	2011
Outras receitas:		
Ganho na alienação/desativação	5.815	3.841
Outros	170	451
	<b>5.985</b>	<b>4.292</b>
Outras despesas:		
Perda na alienação/desativação:	(6.623)	(2.726)
Outros	(437)	159
	<b>(7.060)</b>	<b>(2.567)</b>

**26 Receitas de despesas financeiras**

	2012	2011
Receita de aplicações financeiras	8.037	6.636
Varição monetária e acréscimo moratório de energia vendida	5.911	5.803
Atualização do contas a receber da concessão-VNR	57.224	-
Outras receitas financeiras	800	783
<b>Total receitas financeiras</b>	<b>71.972</b>	<b>13.222</b>
Encargos de dívidas - juros	(20.992)	(24.723)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(8.903)	(4.594)
Transferência para ordens em curso	792	1.367
Ajuste valor presente ativo	(335)	(149)
Marcação a mercado derivativos	6.555	(1.431)
Instrumentos financeiros derivativos	4.622	3.242
Outras despesas financeiras	(7.307)	(5.531)
<b>Total despesas financeiras</b>	<b>(25.568)</b>	<b>(31.819)</b>
<b>Total receitas (despesas) financeiras</b>	<b>46.404</b>	<b>(18.597)</b>

## Notas Explicativas

### 27 Lucro por ação

A Companhia não alterou o número de ações em circulação de seu capital social. Desta forma o lucro líquido por ação básico e diluído está sendo calculado de acordo com o número de ações no final do exercício de 370.676 ações ordinárias, 80.036 ações preferenciais classe "A" e "B".

### 28 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2012	2011
Riscos Nomeados	23/10/2013	23.000	307	215
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	106	116
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2013	até R\$200 / veículo	59	59
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	35.905	166	146
			<u>638</u>	<u>536</u>

#### Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

#### Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

#### Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

#### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

**Notas Explicativas****29 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	2012		2011		01/01/2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<b>ATIVO</b>						
Caixa e equivalente de caixa	25.823	25.823	29.082	29.082	29.850	29.850
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	74.991	74.991	54.369	54.369	28.329	28.329
Consumidores e concessionárias	88.697	88.697	85.286	85.286	105.170	105.170
Títulos de créditos a receber e outros	2.784	2.784	4.850	4.850	6.844	6.844
Conta a receber da concessão	217.739	217.739	136.442	136.442	94.006	94.006
<b>PASSIVO</b>						
Fornecedores	(39.604)	(39.604)	(32.929)	(32.929)	(34.420)	(34.420)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(324.846)	(334.033)	(278.240)	(276.240)	(216.681)	(27.232)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 01/01/2011, estão identificadas a seguir:

**Não derivativos - classificação e mensuração**

**Empréstimos e recebíveis:**

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

**Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:**

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

**Passivos financeiros pelo custo amortizado:**

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

**Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures.**

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 7ª Emissão e dos empréstimos com o Bradesco, Citibank, Itaú BBA, Merrill Lynch e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o valor justo difere do valor contábil.

**Derivativos**

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no

## Notas Explicativas

mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro" foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua primeira revisão em 27 de abril de 2010 e em 24 de fevereiro de 2011, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.



## Notas Explicativas

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	38.881	-	-	-	723	39.604
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	15.317	30.284	276.835	19.736	33.251	375.423

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de percepção de risco aderente à "Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro". A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	2012	2011	01/01/2011
Caixa e equivalente de caixa	25.823	29.082	29.850
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	74.991	54.369	28.329
Consumidores e concessionárias	88.697	85.286	105.170
Títulos de créditos a receber e outros	2.784	4.850	6.844
Conta a receber da concessão	217.739	136.442	94.006

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações em função dos efeitos da volatilidade, do

## Notas Explicativas

cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de dezembro de 2012, com alta de 8,94% sobre 31 de dezembro de 2011, cotado a R\$2,0435/ USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 31 de dezembro de 2012 de R\$325.511 (R\$278.937 em 2011 e R\$217.611 em 01/01/2011), R\$154.954 (R\$84.827 em 2011) estão representados em dólares, provenientes de empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US\$16,7 milhões (US\$16.5 de principal), US\$28,9 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,7 de principal) e US\$30,2 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal). Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem vencimentos de longo prazo, em 30 de setembro de 2014, 27 de outubro de 2014 e 21 de setembro de 2015, respectivamente.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresenta no ativo não circulante o valor de R\$5.124 (R\$3.243 em 2011) R\$1.431 em 2011 no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa MG possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$16,7 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Citibank, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,25%) a.a. por 91,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

2. Proteção para o montante equivalente a US\$28,9 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Bank of America Merrill Lynch, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Out-14) pelo prazo até 27/10/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,00%) a.a. por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 27/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

3. Proteção para o montante equivalente a US\$30,2 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Banco Itaú BBA, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,8500 (Set-15) pelo prazo até 21/09/2015. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 3,93% a.a. por 101,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 21/09/2015 bem como o valor do principal nesta última data.

No período, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado positivo de R\$4.622 (R\$3.242 em 2011) decorrentes de uma apreciação do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Em consonância com a Deliberação CVM no 550/08, revogada pela Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que podem ser assim resumidos:

Valor de Referência	Descrição	Valor Justo	Efeito Acumulado
---------------------	-----------	-------------	------------------

**Notas Explicativas**

	2012	2011		2012	2011	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
Nocional (BRL)			Posição Ativa	211.922	137.346	-	-
			Taxa de Juros LIBOR				
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	190.734	130.056	Posição Passiva	(193.360)	(132.062)	-	-
			Taxa de Juros CDI				
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.825)	(3.472)	828	(4.577)
			Posição Total Swap Com Opções	16.737	1.812	-	-

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de dezembro de 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes de suas datas de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MTM) das operações da Energisa MG foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

**Notas Explicativas****Análise de Sensibilidade**

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

**a) Variação cambial**

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2012, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimo	-		18.995	(16.820)	(52.636)
Posição Ativa - LIBOR	211.922	Alta do US\$	143.263	179.079	214.895
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(193.360)		(142.149)	(142.149)	(142.149)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.825)				(12.494)
<b>Subtotal</b>	<b>16.737</b>		<b>1.114</b>	<b>36.930</b>	<b>60.252</b>
<b>Líquido</b>	<b>16.737</b>		<b>20.109</b>	<b>20.110</b>	<b>7.616</b>

(\*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de dezembro de 2012, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2012, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$20.109, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$20.110 e R\$7.616, respectivamente.

**b) Variação das taxas de juros**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2012, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,25% a.a. e a TJLP = 5% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	98.085	Alta CDI	7.317	9.149	10.982
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(100.383) (26.008)	Alta CDI Alta TJLP	(8.895) (2.365)	(10.709) (2.702)	(12.555) (3.040)
<b>Subtotal (**)</b>	<b>(126.391)</b>		<b>(11.260)</b>	<b>(13.411)</b>	<b>(15.595)</b>
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(28.306)</b>		<b>(3.943)</b>	<b>(4.262)</b>	<b>(4.613)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2013 (7,25% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2012 e a TJLP 5% a.a..

(\*\*) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$154.954.

## Notas Explicativas

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>Nível</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
<b>Ativos</b>				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	74.991	54.369	28.329
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.738	3.243	-
<b>Passivo</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	(1.431)	-

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

## 30 Benefícios a empregados

### Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se os ativos líquidos do plano são suficientes para garantir os compromissos atuariais.

<u>Empresa</u>	<u>Plano Beneficiário</u>	<u>Contribuição anual</u>			<u>Superávit atuarial</u>		
		<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>% s/folha de pagamento</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Energisa MG	CD	315	228	1,12	-	-	-
Energisa MG	BD	-	-	4,64	-	2.569	4.586

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar, são determinadas por atuário independente.

**Notas Explicativas**

A seguir está demonstrada a posição atuarial relacionados ao plano de aposentadoria de benefício definido (BD), em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação 600/00 da CVM, tendo sido adotado Método Prospectivo:

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações atuariais	(2.223)	(1.698)	(1.601)
Valor justo dos ativos do plano	2.631	4.517	5.780
(Ganhos) atuariais não reconhecidos	(408)	(250)	407
<b>Ativo líquido</b>	<b>-</b>	<b>2.569</b>	<b>4.586</b>

Demonstração da movimentação do compromisso da patrocinadora líquido do exercício de 2012:

	2012	2011	01/01/2011
<b>Ativo atuarial líquido no início do exercício</b>	<b>2.569</b>	<b>4.586</b>	<b>5.366</b>
Despesas correntes	300	(364)	(142)
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos	(2.869)	(1.653)	(638)
<b>Ativo atuarial líquido do final do exercício</b>	<b>-</b>	<b>2.569</b>	<b>4.586</b>

Os ativos dos planos são como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Cotas de fundos de renda fixa	2.169	3.710	4.470
Cotas de fundos de renda variável	462	807	1.310
	<b>2.631</b>	<b>4.517</b>	<b>5.780</b>

Em 2012, a demonstração do valor justo dos ativos é apresentada como segue:

	2012	2011	01/01/2011
Valor justo dos ativos no início do exercício	4.517	5.780	7.100
Benefícios pagos	(136)	(129)	(939)
Rendimento efetivo dos ativos	418	709	(381)
Ganhos (perdas) atuariais dos ativos	(2.168)	(1.843)	-
<b>Valor justo dos ativos</b>	<b>2.631</b>	<b>4.517</b>	<b>5.780</b>

Demonstração do valor presente das obrigações no exercício de 2012.

	2012	2011	01/01/2011
Saldo no início do exercício	1.698	1.601	1.536
Benefícios pagos no ano	(136)	(129)	(939)
Juros sobre obrigação atuarial	118	161	99
(Perdas) nas obrigações atuariais	543	65	905
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>2.223</b>	<b>1.698</b>	<b>1.601</b>

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

**Hipóteses Econômicas**

Taxa de desconto atuarial	3,39 % a.a
Taxa de rendimento esperado dos ativos	8,74% a.a (com efeito da inflação)
Reajuste do benefício	4,50% a.a
Crescimento salarial	4,50 % a.a
Inflação projetada	4,50% a.a

**Notas Explicativas****Hipóteses Demográficas**

Tábua de mortalidade	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 2000
Tábua de entrada em invalidez	NA

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Energisa MG aos seus empregados:

<b>Descrição</b>	
Participantes Assistidos:	
Número	6
Idade Média	76,3
Benefício Médio Mensal	R\$1,156
Pensionistas:	
Número de Pensionistas	19
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$0,159

**Prêmio aposentadoria**

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

O saldo de patrocínio do prêmio monta em R\$1.621 (R\$1.402 em 2011 e R\$1.126 em 01/01/2011) e encontra-se provisionado na rubrica de Benefícios a empregados - plano de pensão na passivo circulante R\$372 (R\$218 em 2011 e R\$276 em 01/01/2011) e no não circulante R\$1.248 (R\$1.184 em 2011 e R\$850 em 01/01/2011).

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no período, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado da Companhia.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações atuariais	2.179	1.146	1.126
Valor justo dos ativos do plano	(151)	(61)	-
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	(407)	317	-
<b>Passivo atuarial líquido a ser provisionado</b>	<b>1.621</b>	<b>1.402</b>	<b>1.126</b>

Conciliação do valor presente das obrigações em 2012.

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações no início do ano	1.146	1.126	-
Benefícios pagos	(128)	(136)	-
Juros sobre obrigação atuarial	134	130	-
Custo do serviço corrente (com juros)	93	92	-
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	934	(66)	1.126
<b>Valor das obrigações calculadas no final do ano</b>	<b>2.179</b>	<b>1.146</b>	<b>1.126</b>

Demonstração das despesas para o exercício de 2013, segundo critérios da Deliberação 600 da CVM:



**Notas Explicativas**

	2012	2011	01/01/2011
Valor presente das obrigações no início do ano	193	93	92
Juros sobre as obrigações atuariais	188	134	130
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	(9)	(9)	54
Valor das obrigações calculadas no final do ano	<u>372</u>	<u>218</u>	<u>276</u>

**Plano de saúde**

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No exercício de 2012 as despesas com esse benefício foram de R\$596 (R\$496 em 2011).

**31 Compromissos**

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia - R\$ MIL					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2045	137.264	149.439	152.457	147.628	151.589	2.622.391

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

**32 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica**

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

**33 Meio ambiente**

A Energisa Minas Gerais trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes isoladas: são usados cabos isolados nas redes onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico. Da mesma forma, são usados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com arborização, de forma a evitar podas indesejáveis;
2. O Sistema de Gestão em Meio Ambiente, Aspectos Sociais, Saúde e Segurança do Trabalho - SGMASS implantado na Companhia é baseado nas normas ISO 14.001, OSHAS 18.001 e Legislação pertinente. O sistema é capaz de fornecer os subsídios necessários ao adequado monitoramento dos aspectos socioambientais, saúde e segurança;
3. Proativamente desde os primórdios do lançamento da Lei de Recursos Hídricos no país, a empresa está engajada em movimentos de formação de consórcios de bacias hidrográficas. A Energisa Participa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.



**Notas Explicativas**

4. Disposição e tratamento de resíduos: além de ter conhecimento da natureza e das quantidades de resíduos gerados durante seu processo de produção, possui procedimentos para manuseio, transporte e destinação final de produtos, todos em conformidade com o SGMASS.
5. A Energisa tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.
6. Descarte de lâmpadas: A Companhia possui procedimento para descarte controlado de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias e na infraestrutura de iluminação pública.
7. Desenvolvimento de campanhas de redução de consumo de água e energia, educação com base nos 3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e educação para o consumo consciente, através da distribuição de cartilhas e palestras nas escolas (Dia da Água, Semana do Meio Ambiente), e da divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores).

As informações não financeiras não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

No exercício de 2012, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$11.282 (R\$11.613 em 2011), sendo R\$9.352 (R\$9.756 em 2011) alocados no ativo imobilizado e R\$1.930 (R\$1.857 em 2011) em despesas operacionais.

**34 Informações adicionais aos fluxos de caixa**

Em 2012, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>01/01/2011</u>
Atualização contas a receber da concessão - VNR	57.224	-	-
Fornecedores	2.542	-	-
Dividendos a pagar	-	-	9.368

## Notas Explicativas

### 35 Evento subsequente

O Governo Federal editou em 11 de setembro de 2012 a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 que dentre outros veio reduzir os encargos setoriais: (i) eliminação da RGR (Reserva Global de Reversão) e da CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução de 75% dos custos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

Os custos da CCC - Conta de Consumo de Combustíveis - CCC serão providos pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE criada pelo Governo Federal para desenvolvimento energético dos Estados.

A redução dos preços das tarifas de energia elétrica não causarão impactos diretos no resultado da Companhia em face da diminuição da receita ter contrapartida nos dos encargos setoriais e nos impostos incidentes sobre as vendas.

Em 24 de janeiro de 2013 foi efetuada uma revisão tarifária extraordinária com estabelecimentos de novas tarifas aos consumidores.

Segue as reduções efetuadas nas tarifas:

Efeito Médio para o Grupo A			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
A2 (138 kV)	277,90	210,96	-24,09%
A3 (69 kV)	273,02	211,75	-22,44%
A4 (2,4 a 44 kV)	352,16	278,57	-20,90%
Efeito Médio para o Grupo B			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
B1 - Residencial	445,25	364,48	-18,14%
B2 - Rural	277,69	227,32	-18,14%
B3 - Demais Classes	443,03	362,66	-18,14%
B4 - Iluminação Pública	248,34	203,28	-18,14%
Efeito Médio para a Distribuidora			
Subgrupo/Classe	Tarifa Média Anterior	Tarifa Média Nova	Efeito Médio (%)
Consumidores Cativos	387,89	315,23	-18,73%

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.  
Cataguases - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011, apresentados para fins de comparação, preparadas originalmente antes dos ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 8 de março de 2012, sem nenhuma modificação. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, examinamos também os ajustes e reclassificações descritos na nota explicativa nº 3.3, que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011. Em nossa opinião, tais ajustes e reclassificações são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras da Companhia

referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2011 e o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2011 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de assecuração sobre as referidas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 5 de março de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" MG

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" MG

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Não se aplica à Companhia.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício 2012

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 05 de março de 2013.

Gabriel Alves Pereira Júnior  
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis  
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina  
Diretor de Gestão de Pessoas

Marcelo Vinhaes Monteiro  
Diretor Comercial e de Distribuição

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores da Energisa Minas Gerais – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”) sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 05 de março de 2013.

Gabriel Alves Pereira Júnior  
Diretor-Presidente

Maurício Perez Botelho  
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Danilo de Souza Dias  
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcelo Gonçalves Reis  
Diretor de Suprimentos e Logística

Antonio José Maciel de Medina  
Diretor de Gestão de Pessoas

Marcelo Vinhaes Monteiro  
Diretor Comercial e de Distribuição